

Agamemnon Magalhães

O estadista do social, o administrador, o pensamento político

JARBAS MARANHÃO

Todos sabem que o político Agamemnon Magalhães foi, ao mesmo tempo, um homem de pensamento e ação, *doublé* de intelectual e estadista.

Aliás, o verdadeiro político há de ser um homem de estudos, um humanista. Precisa ilustrar-se para entender melhor os problemas e saber encaminhar as soluções que realmente beneficiem à sociedade.

Cultura e política se vinculam estreitamente e Aristóteles já situava esta última como "a ciência superior a todas, cujo bem reside na justiça, ou, em outras palavras, no interesse geral".

Certa vez escrevi: política, ciência e arte, abrangente do tempo histórico, porque, no estudo dos acontecimentos, instituições e idéias, leva em consideração, como observa Paulo Bonavides, como foram ou deveriam ter sido no passado, como são ou devem ser no presente e como serão ou deverão ser no futuro; o fato político correspondendo, no conceito de Paulino Jacques, ao fato social *lato sensu*, o qual compreende o fato histórico, o fato sociológico, o fato econômico e o fato ético, este último subdividindo-se em fato moral e fato jurídico.

A verdadeira política é, sem dúvida, uma atividade nobre, pois o seu objetivo é realizar o bem comum.

Daí a imperiosa necessidade para o homem público de conhecer a complexidade da vida social. De penetrar a índole do povo e suas aspirações. De pesquisar as causas dos problemas e seus efeitos sociais.

Assim agiu Agamemnon Magalhães, com a emoção de servir a Pernambuco e ao país.

É certo que a política se baseia num univer-

Jarbas Maranhão foi Secretário de Estado, Deputado Constituinte em 1946, Senador, Presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco, Professor de Direito Constitucional. É integrante da Academia Pernambucana de Letras.

so de realidades objetivas, mas igualmente num ideal, numa filosofia, numa concepção de vida.

Sabia que o Estado é a encarnação do Poder, mas Poder como um meio de alcançar objetivos humanos e sociais; e que é indispensável a influência ética nas instituições políticas.

Quando Ministro da Justiça, em 1945 – cargo que exerceu para promover as leis de extinção do Estado Novo e de redemocratização do país – criou os Partidos de âmbito nacional e fez editar o Código Eleitoral de 1945.

Foi um líder incontestado em Pernambuco e exerceu igualmente liderança nos quadros nacionais do antigo e extinto Partido Social Democrático.

Deputado Federal e Ministro do Trabalho, foi por demais valiosa e expressiva sua contribuição à legislação brasileira, nos campos do direito do trabalho e da previdência social.

A respeito, muito significativa é a palavra do Presidente Getúlio Vargas:

“A sua inteligência lúcida e ágil, o seu conhecimento aprofundado dos problemas jurídicos e das questões trabalhistas, a par da operosidade infatigável, dedicação aos negócios públicos e a lealdade ao meu governo tornaram a sua atuação altamente proveitosa, dando ao país a legislação social de que dispõe, tão justamente considerada legítima conquista das aspirações e necessidades nacionais”.

Sempre austero no exercício do governo, administrou com a maior honestidade e zelo pelas finanças públicas. Acompanhava diariamente o fluxo das receitas e das despesas, para poupar e investir no desenvolvimento econômico e social.

Preocupava-o tanto os aspectos da justiça social como os da produção econômica.

A sua administração teve o sentido da universalidade.

Dedicou-se muito aos problemas da educação, da cultura e da saúde pública.

Lembre-se aqui o seu interesse pelos Seminários Pedagógicos, pelo cooperativismo escolar, a pré-orientação profissional, a profissionalização do ensino médio.

Imprimia-se basicamente uma orientação que, no futuro, haveria de ser aproveitada pelo aluno no benefício da sociedade.

Nilo Pereira, que foi diretor do Departamen-

to de Educação, observou que na famosa reforma Carneiro Leão prevaleceu o aspecto técnico-administrativo, enquanto na do governo Agamemnon Magalhães predominou o sentido interior, visando mais à criança, ao estudante, à pessoa humana do que ao método, se bem que este não fosse posto de lado nas especulações que se faziam.

E acrescentava:

“Essas lembranças muito me serviram na vida de professor universitário. Pois me puseram em contacto com um ensino que, embora em outro nível, era direto, prático, objetivo; e punha a personalidade humana, a sua formação em primeiro plano”.

Construiu grupos escolares modernos na capital e no interior; criou uma entidade, com cursos especializados para o aperfeiçoamento do magistério; desenvolveu o ensino técnico-profissional, levantando e guarnecendo edifício para esse fim; incrementou os desportos e o escotismo.

No campo da cultura mereceram cuidados o Museu, o Arquivo Público, o Teatro Santa Isabel, havendo planejado no governo constitucional uma nova biblioteca para o Estado, que a morte prematura o impediu de construir.

Na interventoria, Agamemnon fundou a Cooperativa Editora e de Cultura Intelectual, que publicou obras de raro valor histórico, como o Valeroso Lucideno e outros volumes sobre a guerra de libertação contra o domínio holandês, a História do Direito Brasileiro, de Martins Júnior, a História da Faculdade de Medicina, de Otávio de Freitas.

Já no governo constitucional enviou mensagem à Assembléia Legislativa, aprovada pelos deputados, para a publicação dos importantes ANAIS PERNAMBUCANOS do grande historiador Pereira da Costa, com o que prestou relevante serviço à cultura do Estado e do país.

O mesmo trabalho devotou à Saúde Pública, através de seu Departamento apropriado; fundou o Instituto de Assistência Hospitalar, com uma rede de hospitais devidamente equipados para atender às populações das zonas da mata, do agreste e do sertão.

Criou o Departamento de Assistência às Cooperativas para orientar e estimular as atividades produtivas.

Foi destacada a sua atuação no campo da ação social. Construiu prédios para os Centros

Educativos Operários, prestigiou os órgãos de classe, sindicatos, federações e incentivou as convenções coletivas de trabalho. Avultou a obra formidável contra a moradia insalubre e pela habitação higiênica.

Também foram notáveis os seus serviços no setor rodoviário, rasgando estradas pelo interior e pavimentando as da zona da mata, plano este de que foi executor o então jovem engenheiro Armando Monteiro Filho, Secretário de Viação e Obras Públicas e depois Deputado Federal e Ministro da Agricultura.

Outro passo importante foi o do ato n.º 1.666, de 4 de maio de 1951, visando à regularização dos rios Moxotó, Pajeú e Brigida, para a construção de barragens sucessivas e aproveitamento de seus vales.

Foi um inovador, um pioneiro.

Tinha a antevisão do estadista.

Além do Instituto de Assistência Hospitalar, do Departamento de Assistência às Cooperativas, do incentivo ao Departamento das municipalidades, criou a Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (hoje CO-DEPE), o Instituto Tecnológico (o ITEP), o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (o IPSEP), a Caixa de Crédito Mobiliário, embrião do Banco do Estado de Pernambuco, sem esquecer, entre outras iniciativas, a famosa Liga Social Contra o Mocambo, destinada à construção de casas populares.

Antecipou-se, desse modo, à criação de órgãos semelhantes no plano federal e de outros estados-membros.

O saudoso jornalista Mário Melo observou:

“administrador tão grande como o Conde da Boa Vista, ou maior que este ... O historiador futuro terá, assim, de dar-lhe o merecido relevo, na galeria dos maiores benfeitores do Estado”.

Pernambuco foi a profunda emoção de seu espírito e correspondeu ao seu entusiasmo e devotamento assegurando-lhe vitórias em todas as eleições que disputou.

Não é preciso dizer que a maioria dos votos originava-se das camadas mais humildes, das classes mais modestas do povo.

Sem cortejar as massas, sem populismo, sem demagogia foi incontestavelmente um líder popular.

No seu discurso de improviso, após assumir o cargo de Governador, no Palácio do Cam-

po das Princesas, ele demonstra esta sua identificação:

“Aqui está, povo, o governador que escolhesteis, o governador que é do povo e só do povo... Sei os encargos que me esperam, sei os problemas que se acumulam, mas com o povo não temo as responsabilidades nem os perigos... O meu governo será o governo dos humildes, dos que precisam de segurança e justiça... Não se promete a um povo como o de Pernambuco para faltar. Serei vosso governador, mas vou precisar mais do que nunca do povo e dos seus representantes na Assembléia. Ou reformamos os serviços públicos para atender aos reclamos do Estado ou esta Casa não seria de um governador do povo, mas de um homem insensível, de um cético, de um indiferente, quando o homem que vos fala tem crença no povo e tem crença em si mesmo”.

Essa linguagem usada no regime democrático tem o mesmo sentimento e alcance da que ele usara na Interventoria, pois a emoção de ser útil aos menos favorecidos foi uma constante em sua vida pública.

É verdade que em plena Constituinte de 1946, numa sessão em que os debates foram dos mais agitados e ásperos, ele declarou, alto e bom som, com toda sinceridade, haver sido teorizante e praticante do chamado Estado Novo.

Mas é preciso não esquecer que, antes do regime de 10 de novembro de 1937, ele já fora deputado estadual na denominada república velha, regida pela Constituição de 1891; e que, depois da revolução nacional e democrática de 1930, para a qual conspirou, foi constituinte federal em 1933, e deputado, Ministro do Trabalho e Ministro interino da Justiça, tudo no período da Constituição de 1934, havendo exercido os mandatos no Legislativo e os cargos no Executivo com respeito e entusiasmo das normas constitucionais.

No período de 1946 a 1950, constituinte e deputado à legislatura ordinária, ninguém mais identificado com a nova situação, ninguém mais a vontade no ambiente político da Câmara dos Deputados, que ele designava de Clube da inteligência.

Agamemnon Magalhães amava o diálogo, a discussão das idéias, o debate de temas políticos e jurídicos, o que lhe dava enorme satisfação.

Pode-se dizer que circulavam em torno dele ou com ele conviviam, no intercâmbio intelectual, os mais expressivos valores políticos dos vários partidos de então e de tendências ideológicas diferentes.

Pode ter sido uma readaptação, ou o entendimento – o que parece mais certo – de que o Estado Novo fora uma fase de transição necessária à revivência da democracia, para que ela voltasse com um novo vigor, outra força, renovada e ampliada em sua substância.

Não se pretende aqui justificar aquele regime, mas, até certo ponto, fora uma consequência do choque de culturas ou de ideologias, que empolgaram o mundo.

A revolução russa de 1917, o estalinismo, o fascismo, o nazismo, todos com um formidável poder de organização, ameaçando as democracias, acusadas de ineficientes ou incapazes de resolver os problemas das massas.

As idéias totalitárias se difundiam por todos os países pondo em xeque as virtudes do regime democrático e a ordem interna dos Estados.

No Brasil mesmo o integralismo surgira e crescera velozmente e contrapondo-se a ele a Aliança Nacional Libertadora, constituída de liberais e esquerdistas.

A luta das ideologias é exasperante.

Surgiu o movimento comunista de 1935 e, algum tempo depois, o golpe do integralismo na madrugada de 11 de maio de 1938.

As lideranças militares – após o primeiro daqueles eventos – passaram a pressionar o governo e este o Congresso por emendas constitucionais e leis de exceção.

Foi instituído, no Texto Supremo de 1934, o “estado de guerra” e criado o Tribunal de Segurança Nacional.

O Congresso cedia às pressões e os partidos políticos se mostravam divorciados da realidade brasileira e sem a compreensão que se impunha das transformações sociais.

Esse quadro de agitação e crises, aumentando com a campanha da sucessão presidencial, talvez explique, mais do que qualquer outro motivo, a adesão de Agamenon Magalhães ao referido Estado Novo.

Deve ter lhe parecido imprescindível um período de ordem e mais tranquilidade para o país.

Assim é que escreveu:

“Não copiamos, não imitamos, nem

pedimos conselhos a ninguém. Pusemos a nossa casa em ordem, sem olhar como ia a dos outros. O golpe de 10 de novembro foi a afirmação de nossa continuidade histórica, da coincidência da autoridade com a ordem e do poder com a nação” (6.4.38).

Preocupava-o, isto sim, que o poder econômico suplantasse o poder do Estado.

Citava François Drujon:

“O que é democrático sobre o plano político, não o é sobre o plano econômico”.

Nada de “poderes paralelos ao do Estado, mais extensos e mais fortes, as tiranias dos trustes, dos sindicatos financeiros, dos cartéis, regulando a vida econômica dos países. Não só a vida econômica como a política”.

Em artigo de 26.5.38 dessa maneira se expressou:

“O que se dá no Brasil, como nos demais países do continente, é uma atitude do poder diante das crises.

A crise atual não é política. A crise é econômica. A crise é social. A inquietação é a sua configuração espiritual.

O poder do Estado ou se fortalece em meio às solicitações das forças, que o impelem para direções as mais contraditórias, ou não exercerá as funções de árbitro dos conflitos.

Será assaltado por uma das tendências em luta, que dominará o poder e a vida social, em todas as suas manifestações. Ai, sim, o Estado será integral e totalitário.

Foi o que se deu na Rússia, como na Itália e na Alemanha. Para evitar o domínio de uma das tendências – a da extrema esquerda ou da extrema direita – é que o Brasil tomou a atitude de 10 de novembro. Atitude do Poder do Estado diante da crise. É preciso, pois, esclarecer e não confundir, porque a confusão é a pior forma das crises”.

Por isso, declarara antes:

“não tivéssemos adotado um regime forte, não estivesse o governo autorizado, pela Carta Constitucional, a exercer todos os poderes e tomar todas as medidas de segurança e defesa da nacionalidade e, a esta hora, o país seria o teatro

da anarquia mais triste e mais humilhante. Seria hoje uma feira aberta à cobiça estrangeira. Andamos certos, o afirmo de consciência e à luz dos fatos". (21.5.38)

Tudo isso indica que ele via a democracia em crise diante dos problemas novos que devia resolver, ainda mais ameaçada pelas tendências totalitárias de direita e esquerda e que seria necessário a instituição de um regime em que o poder político se tornasse mais forte a fim de evitar que o Estado fosse dominado por uma dessas tendências.

Não assinalara ele, desde 1933, que "os fatos têm mais força do que as convicções? Modificam as culturas e formam novos institutos e novos direitos?"

Em 14 de fevereiro de 1945 ele publicou, na *Folha da Manhã*, um artigo intitulado "A Idéia Democrática".

Nesse artigo pode-se verificar que, para ele, o regime que haveria de se extinguir, contribuirá para "defender a nacionalidade de graves perigos".

Agamemnon escreveu ainda reforçando seu pensamento:

"Os regimes totalitários chegaram a dominar muitos espíritos e nações cultas, como a Alemanha, porque resolveram problemas diante dos quais as democracias ficaram indecisas e até incapazes para resolvê-los. A verdade é que a única democracia que lutou e reagiu adotando experiências, como a do *New Deal*, foi a norte-americana. Faça-se também justiça ao Brasil que procurou, dentro dos quadros de sua formação histórica, realizar experiências salutaras. Pelo menos, queiram ou não queiram os opositores do golpe de 10 de novembro, conseguimos estabelecer a ordem no país, quando os motivos de agitação, uns ideológicos e outros de caráter subalterno, iam nos levando para o desconhecido... Foi incontestavelmente o golpe de 10 de novembro que nos permitiu entrar na guerra ao lado da grande democracia norte-americana, sem mais questões internas a resolver. Muita gente há que, por incompreensão, amargura ou má-fé, julga ainda com injustiça o regime que instalamos precisamente para evitar o domínio das tendências da extrema esquerda, como da extrema direita. O que vai ficar na história é que salvamos sem

retórica, e com senso profundamente realista, a idéia democrática no Brasil".

Por essas palavras pode se deduzir que ele procurou mostrar as razões doutrinárias e históricas que levaram à instituição do Estado Novo.

Observe-se que não se referiu a um regime político e sim ao golpe de 10 de novembro. O natural nos golpes é que sejam transitórios até o estabelecimento de nova ordem política e jurídica.

Sem nenhuma dúvida, as democracias viveram tempos de grandes dificuldades e perigos.

Na ordem interna, as crises de natureza econômica e social, a superprodução, o desemprego, a falta de moradias, a luta das massas populares pelos novos direitos sociais, por mínimas condições de uma vida digna.

Na ordem externa, a marcha terrível dos nacionalismos imperialistas, que provocaram a 2.^a Guerra Mundial, o eixo nazi-nipo-fascista, pretendendo dominar o mundo e conformá-lo de acordo com as suas idéias totalitárias e ambições de maiores espaços.

Assegurada a ordem interna contra a anarquia ideológica – basta lembrar o movimento de 1935 e o golpe integralista de 1938 – pensava ele, o Brasil poderia entrar, como entrou, na guerra ao lado da democracia norte-americana.

Dignamente, Agamemnon Magalhães não abjurou do regime sobre o qual doutrinara e que se encaminhava para o encerramento.

Justificou-o, ou procurou fazê-lo, como a imposição de um momento histórico, aquele em que as democracias não só haveriam de enfrentar as dificuldades advindas da "rebelião das massas", como foram postas numa medonha encruzilhada pelo avanço e pressão das idéias totalitárias.

E com a Força Expedicionária Brasileira, dizemos nós, deu valioso concurso à causa do ideal democrático.

O resto é problema de psicologia ou interpretação de um homem público, que cada um queira ou possa fazer: realismo político ou simplesmente a sinceridade de uma convicção oriunda da observância dos acontecimentos históricos e do cultivo das idéias.

De qualquer forma uma manifestação de inteligência.

Aliás, ele já havia escrito em sua tese para a Faculdade de Direito, em 1933:

“O problema mais instante da democracia no mundo contemporâneo é o poder das massas. E aqui, encontramos o fato econômico em relação com a ordem política, exigindo soluções urgentes... Desde que a democracia conquiste as massas pela assistência ao trabalho e por um sistema jurídico de proteção contra as desigualdades e as injustiças sociais, terá vencido todas as ideologias que lhe são contrárias”.

O que não se pode afirmar é que ele era uma inteligência inerte, uma mente oca, um político vazio. E sim, que era um homem de idéias e que doutrinou incessantemente em artigos, discursos, conferências e principalmente no seu valioso livro “O Estado e a Realidade Contemporânea”, no qual afirmou não ser partidário do Estado totalitário, mas que o Estado, como força de equilíbrio, em sua continuidade histórica, tem de intervir para coordenar todos os fatos que, em qualquer esfera social, operem modificação sensível, nas relações de ordem coletiva.

Por outro lado, sempre foi parlamentarista, o que contraria a tendência autoritária que lhe apontavam os adversários e até alguns amigos e colaboradores que talvez confundissem o temperamento enérgico, a tenacidade de espírito e a liderança decisiva com autoritarismo.

Em seu último mandato parlamentar, de 1946 a 1950, assinou as emendas parlamentaristas apresentadas pelo saudoso deputado Raul Pilla e se empenhou muito em sua defesa.

Vale a pena resumir seu ponto de vista a respeito, manifestado em 1933, na sua tese para a Faculdade de Direito. Escreveu ele:

“Sob o regímen monárquico as instituições parlamentares desenvolveram-se, operando-se as grandes reformas liberais, como a da Abolição, sem revoluções ou choques, que perturbassem a vida constitucional do país... Nesse regímen, afirmaram-se os nossos maiores estadistas pela cultura e projeção nacional, elevando-se o Brasil, no Continente, como uma das suas mais influentes democracias...”

Mostra como, da necessidade de uma força governamental ou de um poder executivo uno e forte, os americanos do norte construíram o presidencialismo; que, no Brasil, a primeira constituição republicana instituiu este sistema de governo, sob a influência da criação puramente doutrinária dos Estados Unidos, e não sob a

pressão de fatos políticos ou de condições existentes, pois o Império já realizara nossa unidade e as instituições parlamentares estavam, na prática, operando a evolução política brasileira para a democracia, não devendo a República, portanto, ter interrompido a tradição parlamentar.

E avança na questão:

“Se a democracia é o governo no qual participam todos os cidadãos, pela representação e pelo voto, os parlamentos são os órgãos mais em contacto com o povo, exercendo as suas funções sob a influência direta da opinião eleitoral. Assim, o regime em que os gabinetes são formados de acordo com as maiorias parlamentares, realizam a melhor técnica democrática. Nem a autoridade executiva fica reduzida a um autômato, instrumento destinado meramente a fazer cumprir as leis, nem os parlamentos perdem a sua expressão real. São eles corporações que atuam na administração, traduzindo as correntes de opinião, num ambiente de renovação e verdade políticas. Separar inteiramente as duas funções é colocá-las em conflito, pois as fronteiras legais que as delimitam, são freqüentemente modificadas pelos fatos”.

Em seguida faz a crítica direta do presidencialismo ao assinalar que este é um regime de hipertrofia de poderes e que esta hipertrofia se dá com o poder mais forte, que é o Executivo.

E acrescenta:

“Criou-se, desse modo, na América do Sul uma espécie de mística da autoridade presidencial, como disse Arturo Labriola, escrevendo sobre a ditadura de Irigoyen”.

Insiste que, no Brasil, a favor do parlamentarismo, além de outras razões, há a decepção da experiência presidencialista.

E arremata: Os governos de gabinetes não se formam nem se mantêm sem o concurso das maiorias parlamentares. Só há, ao nosso ver, um método ou solução democrática. É o regime parlamentar.

A mesma orientação manteve na Constituinte de 1946. Assim é que escreveu em artigo de 30 de abril daquele ano:

“O comparecimento dos Ministros à Câmara, voluntariamente ou mediante convocação das Comissões e maiorias parlamentares, foi principio vitorioso na

discussão do projeto constitucional.

A Constituição de 1934 já havia consagrado tão salutar precedente. Bati-me, então, pelo comparecimento dos Ministros à Câmara, como um passo para a adoção do regime parlamentar.

O que observo, agora, entre os Constituintes de 1946, é uma desconfiança do presidencialismo, cada vez mais acentuada. Se é certo que a maioria não deseja marchar para o parlamentarismo, a verdade é que os freios possíveis ao Poder Executivo, estão sendo aceitos por grande maioria, no seio da Comissão Constitucional.

As tendências para a deformação do presidencialismo ou para a quebra da sua rigidez são indisfarçáveis... Freios ao regime presidencialista será, pois, a característica da nova Constituição. Resta, apenas, saber se esses freios não serão motivo de conflitos entre o Poder Executivo e o Parlamento, concorrendo destarte, para o insucesso irremediável de um regime cuja experiência foi de crises sucessivas – sítio permanente, pronunciamentos militares, revolução e golpes de Estado”.

Verifica-se, desse modo, como foi firme e constante sua posição a favor do parlamentarismo.

Não deixa de chamar a atenção que um homem público, increpado, como ele o foi tantas vezes, de autoritário, haja preferido e defendido o regime parlamentar, quando é sabido e certo que no presidencialismo o Poder Executivo torna-se mais poderoso e forte.

O respeitável e saudoso parlamentar Raul Pilla, que tinha a mística do Parlamentarismo, assinalou que

“se existiam muitos motivos para que todos os partidos do Brasil, na Câmara dos Deputados, homenageassem a memória de Agamemnon Magalhães, a sua agremiação – o Partido Libertador – possuía um motivo especial: ele era um quase correligionário, tão afins eram, com os nossos, os seus ideais”.

Nos períodos de democracia de que participou, antes e depois do Estado Novo, jamais procedeu de modo contrário às normas democráticas.

Foi acusado sim, quando Ministro do Tra-

balho, em pleno regime de 1934, pelo deputado gaúcho Adalberto Correia, de ser comunista, quando foi, apenas, no Brasil, um dos precursores da defesa e implantação dos direitos sociais em nossas Constituições e leis.

Foi, então, à Câmara e proferiu discurso defendendo as suas idéias – discurso que foi publicado com o título “O Ministro do Trabalho fala à Nação”.

Da mesma forma, as suas atitudes contra as injustiças sociais, praticadas ou admitidas por uma democracia atenta apenas aos direitos civis e políticos e indiferente ou de braços cruzados ante à profunda crise social e as legítimas reivindicações dos trabalhadores – crise que sacudiu o século XIX e boa parte de nosso século e que haveria de repercutir, também, como repercutiu, em nosso país, – as suas atitudes e a sua palavra pela transformação de uma democracia puramente liberalista numa democracia de incontestado fundo social, levaram alguns adversários e representantes da reação a acusá-lo contraditoriamente de esquerdista radical ou fascista.

Nem uma coisa nem outra ele o foi. Era, sim, tanto contra o despotismo estatal como contra o despotismo individualista ou de grupos mais fortes empenhados em dominar o Estado, arrebatando-lhe a direção dos negócios públicos para benefícios particularistas.

Era contra o Estado abstencionista ou indiferente, Estado que, como escreveu, tende a se desagregar pela ausência de finalidade social. O Estado demo-liberal, deixando a sociedade entregue à livre expansão do individualismo político e econômico, alheio às desigualdades e injustiças sociais, originou o antagonismo de classes e o problema das massas, causa imediata da crise política, em que se debatem os povos de todos os continentes.

Observou noutra parte de sua tese a situação do Estado debatendo-se entre tendências e fatos contraditórios e que

“o socialismo e a democracia, o nacionalismo e o internacionalismo, a ditadura de classe e a ditadura de partido, o fato econômico, sob múltiplos aspectos, sacodem o Estado em todas as direções”.

Pergunta se devemos aguardar a experiência dos outros povos, o aparecimento de novas instituições e responde de maneira favorável ao regime democrático, aperfeiçoado politicamente com o parlamentarismo e socialmente

com o empenho da justiça social.

Diz ele:

“Somos de parecer que nos cumpre aperfeiçoar os processos democráticos no sentido da solidariedade social, adotando um sistema, como o parlamentar, dentro do qual todas as reformas se poderão obter, progressivamente, de acordo com os movimentos de opinião e a ação dos fatos”.

O que nos parece é que ele foi um homem de centro-esquerda, um social-democrata, que aceitou o mencionado Estado Novo como um período de transição indispensável a que o regime superasse o choque das doutrinas totalitárias e o clima de crise política que predominava em nossos partidos regionais, divididos e subdivididos em grupos, clubes, facções, divorciados da realidade brasileira e da imperiosa necessidade de transformações nos campos político, econômico e social.

Não seria bastante uma democracia meramente formal, mas um regime que promovesse uma ordem baseada na justiça social, nos direitos econômicos do homem, na solidariedade, na igualdade de oportunidades; e no estímulo à modernização da economia, com ênfase nos interesses nacionais.

Não esquecer que, sem xenofobismo, ele foi um ardoroso partidário do nacionalismo brasileiro.

Desde a Constituição Mexicana de 1917, passando pela Declaração Russa de 1918, pelo Texto Weimariano de 1919 e pela Carta Espanhola de 1931 são definidos os direitos econômicos e sociais do homem, associando-se a ordem econômica aos princípios da justiça social.

Em todos esses textos e vários outros observa-se uma tônica: a do estudo e disciplina do fato econômico, orientado no sentido do bem comum e conduzindo à instituição de um Estado Social de Direito.

Estudioso das filosofias políticas e do direito público, Agamenon Magalhães, com os seus conhecimentos, experiência e senso prático, haveria de inclinar-se, como se inclinou, por um regime de predominante teor social, inspirado nas motivações da época e num ideário nacionalista.

Voltando ao presidencialismo, ele escreveu a 26 de maio de 1946:

“Entre os regimes autoritários, pode-

se classificar o presidencialismo. Que caracteriza os regimes autoritários? O Poder Executivo forte. É esta precisamente a marca do presidencialismo... E o Congresso? perguntam uns. O parlamento, no presidencialismo, é um tigre empalhado... Precisamos, pois, ser sinceros. Se aceitamos a democracia, devemos ser coerentes com os seus princípios. O povo é que deve governar e o povo é o parlamento”.

Não é estranha essa linguagem num homem incriminado de defensor do autoritarismo? Os adversários insistiram muito nessa tecla e até alguns simpatizantes, também, no ingênuo entendimento de que semelhante procedimento o valorizaria.

Pessoas destacadas são passíveis de invenções a seu respeito. Os líderes estimulam a criação de histórias ou lendas que, algumas vezes, falseiam sua verdadeira imagem. É o homem lendário cuja personalidade e conduta são deformadas pelo maravilhoso da imaginação.

Alguns chegam a pensar que sugerindo defeitos e erros estão enunciando virtudes e acertos.

Tudo faz crer que o autoritarismo era do regime. O saudoso deputado Samuel Duarte frisou:

“o que havia nele de autoritário vinha de uma vocação inata para comandar. Primava por dar ao poder a categoria de uma missão desinteressada, na hierarquia dos serviços da comunidade”.

Ninguém gosta de sofrer imposição ou de ser tratado com rudeza. Se tal comportamento fosse nele uma constante, não teria angariado tantos amigos, tantas dedicações.

Não há como se confundir autoritarismo com autoridade, energia, vontade de aço, numa personalidade vibrante e tenaz no proselitismo de suas idéias e na realização de seus planos de governo ou administração.

Convivi com ele por mais de dez anos, praticamente todos os dias, no palácio do governo, na Constituinte de 1946 e na legislatura ordinária que se seguiu, nas reuniões do Partido nos planos nacional e estadual, nos comícios populares, e nas visitas que fazia às suas residências e pude sentir, perceber, flagrar, várias vezes, momentos de sensibilidade e emoção, que ele procurava sempre disfarçar ou esconder.

Foi um homem de luta, seguindo o dom de devotar-se ao bem coletivo.

O professor e crítico literário Olívio Montenegro, em artigo para o *Diário de Pernambuco*, de 31 de agosto de 1952, registrou:

“A sua vocação de homem de luta, ou mais, a sua vocação de chefe, ele a revelava sobretudo no domínio admirável que não raro conseguia sobre si mesmo, não deixando que a sua emotividade o traísse aos olhos mesmo dos mais íntimos, e no perigo de muitas das suas lutas políticas, pela aparência tranqüila em que tão bem disfarçava as suas emoções, era como se os seus nervos entrassem em férias”.

Tinha a atração das crises. Era o seu clima. E até parece que, algumas vezes, as forjava para dar vazão à sua índole de lutador.

Lutador, no Poder Executivo como no Parlamento, contra as investidas ao erário público, aos bons critérios de uma sábia administração e na defesa dos verdadeiros interesses da nacionalidade.

Por isso muitos disseram que, para ele, governar e legislar era também resistir.

Resistir e lutar estando no governo ou na oposição, na defesa de suas concepções ou de sua obra política e administrativa.

Jamais lhe faltou bravura cívica.

Na campanha de 1947, do correligionário e insigne brasileiro Barbosa Lima Sobrinho, para o governo de Pernambuco, a favor de cuja candidatura ele se empenhou profundamente, foram notáveis o seu esforço e destemor.

Na história dessa campanha ressalta a série de artigos que escreveu, animando a resistência e a pugnacidade dos correligionários do antigo e extinto PSD, que além de confrontar-se com valerosos adversários e a dissidência de uma de suas alas, teve de enfrentar o facciosismo do então Interventor Federal, General Dermeval Peixoto.

Num desses enérgicos artigos o Dr. Agamemnon usou de uma expressão que comoveu os brios pernambucanos e ficou na memória do povo:

“Alto lá, General! Pernambuco não se governa de botas e esporas”.

Já vimos que ele foi um político cujo pensamento centrava-se no social, sempre firme na defesa do povo e de uma honestidade a toda prova.

Combativo e combatido, jamais seus adver-

sários o atacaram em sua honradez pessoal e de homem público e houve quem declarasse que ele precisava morrer para ser entendido.

Realmente com a sua morte as paixões amarinaram em torno dele. Veio uma compreensão melhor do alcance de sua obra, de sua política social, de seu pensamento, do ideário e da missão do homem em seu tempo.

Projetou-se muito pelos relevantes serviços no plano nacional. Foi útil ao país; mas Pernambuco foi a sua paixão, o seu ideal. Ele mesmo o afirmou: — “Pernambuco é a minha visão obstinada”.

O povo o consagrou no reconhecimento de que o progresso de Pernambuco e do Nordeste teve nele um pioneiro.

Lutou pela melhoria da condição humana. O homem e sua recuperação eram o grande motivo da ação política. E a civilização, uma decorrência de seu desenvolvimento por inteiro. Nunca perdeu o sentido desta essencialidade.

Uns viram nele o líder carismático; outros, um doutrinário do pensamento social; outros ainda, o político arguto, perspicaz, de espírito vivo, sutil.

Foi, em muitos campos, um precursor, um homem público, com as suas antecipações e os seus sonhos.

Em seu último mandato governou com acentuado espírito de compreensão e desejo de conagração.

Mesmo enfrentando oposição, oriunda das rivalidades partidárias e de grupos, logrou que fossem aprovados os projetos que encaminhou à Assembléia Legislativa, não só pela força e unidade de sua bancada, mas porque não poderia ser diferente. Se as iniciativas visavam a beneficiar o Estado, os deputados, representantes do povo, não teriam outra conduta.

Quis, no governo constitucional, renovar e ampliar a obra administrativa que realizara como Interventor.

Desde os primeiros dias desejou e procurou formular um plano inovador que, pelos seus resultados econômicos e sociais, fosse a tônica de sua nova administração, como o das moradias populares, pelo seu alcance social e humano, se salientara e marcara o seu primeiro governo.

Haveria de abrir novas rodovias pelo interior e eis que, no seu espírito, surgiu a idéia do programa de pavimentação das estradas da zona

da mata – uma inspiração do que realmente se impunha.

Neste período, governou Pernambuco apenas por um ano e oito meses, de janeiro de 1951 à fatídica madrugada de 24 de agosto de 1952, quando “a indesejada das gentes” arrebatou-o do convívio dos parentes, dos amigos e do povo, levando-o para a região dos esplendores.

Dois ou três dias antes do desenlace, vindo a Pernambuco, em função do mandato de deputado federal, ouvi dele, muito satisfeito, que fizera exame das taxas orgânicas e estavam todas normais e ainda que o médico lhe dissera, brincando, que ele tinha uma pressão de menino.

Eis que de repente, já me encontrando no Rio de Janeiro, o telefone toca às seis horas da manhã. Era Barreto Guimarães, que foi logo dizendo: Jarbas, Dr. Agamemnon morreu.

Passamos logo, os da bancada federal, a nos comunicar uns com os outros, e juntos viemos quase todos num avião cedido pelo Ministro da Aeronáutica.

Foi uma viagem que se tornou mais longa. Enquanto isto ele continuava no salão nobre do Palácio do Governo – Palácio do Campo das Princesas – na imobilidade do fim. E o povo num interminável desfile a olhar, pela última vez, o seu líder então inanimado.

Como escreveu Paulo Germano de Magalhães, seu filho: “O coração traiu-o. Nunca dera sinais de fraqueza. Veio a dor violenta e o coração pára. O golpe fora traiçoeiro e fulminante”.

Não cabe descrever aqui o impressionante cenário de desolação que envolveu Pernambuco inteiro. A sociedade por todas as suas classes uniu-se num profundo sentimento de pesar. Ele havia quebrado antigas resistências. Os humildes deram expansão à sua dor. O povo chorou a sua morte. Foi um malogro geral.

Desejo que deste meu trabalho constem palavras insuspeitas do saudoso intelectual e homem público Gilberto Osório de Andrade, porque elas são por demais ilustrativas daquele momento.

“Pernambuco frustrado” foi o título de seu artigo publicado na *Folha da Manhã*, edição de 31 de agosto de 1952.

Vejamos o que ele escreveu:

“Por isso, com a sua morte, sentimos frustrados. Interrompeu-se não a vida de um homem, tão-somente, embora singularmente cara aos seus parentes, seus amigos e seus liderados. Interrom-

peu-se também um poderoso impulso que acudia à consciência de quantos, ciosos dos nossos padrões políticos e históricos, entreviram na sua carreira impressionante de homem público uma consagração de Pernambuco no cenário nacional moderno.

Pernambuco tem esta má sorte, de ver se desfazer ante os seus olhos, na brutal instantaneidade dessa perda, a mais estimulante esperança dos seus dias. Resta, somente, a sua escola. Não a escola propriamente dos que a entendem só como uma continuação de sua corrente partidária. Mas a escola do arrojo administrativo, da audácia dos horizontes, do trabalho realizador, da segurança dos seus passos, da sua honestidade, em suma, que lhe conferiram o respeito e a admiração nacionais”.

Um dos líderes nacionais do Partido Social Democrático – grêmio majoritário – tinha o seu nome cogitado, com as melhores chances, para a sucessão presidencial; e, ainda, pela sua correta e eficaz atuação no Congresso, contava com a simpatia de vários líderes das outras agremiações.

Sua perda foi, assim, das mais sentidas e lamentadas. Uma grande frustração nos meios políticos do país e sobretudo em Pernambuco.

A memória de Agamemnon Magalhães foi exaltada no Congresso Nacional pelas mais categorizadas personalidades.

Foi dito, entre outras manifestações de apreço e admiração, que o seu desaparecimento tornara o jogo político menos emocionante; que ao redor dele seria impossível instalar-se a indiferença e que o Brasil haveria de sustentar-se no seu exemplo e na sua memória.

Memória – acrescentamos nós – que integra o patrimônio histórico de Pernambuco e do país.

Samuel Duarte, ex-presidente da Câmara dos Deputados, dessa maneira opinou:

“Quando observo como ele superou as paixões do seu tempo e como entre as vozes de seu partido foi uma voz altiva, de bom timbre pernambucano, percebo como cresceu nele o princípio vivo da liderança.

Num cenário de exibições mediocres, Agamemnon marcou um perfil para a

posteridade. Num palco de fortunas improvisadas pela corrupção, guardou a linha de uma dignidade sem artifício. Na arena, onde a política costuma premiar a insignificância, ficou insensível à lisonja para dirigir ou servir com independência. Porque era, no discernimento de Emerson, um caráter”.

A morte traiçoeira só aparentemente interrompeu seus planos de governo, porque, como escreveu o saudoso e caro amigo Nilo Pereira, seu líder na Assembléia Legislativa:

“O tempo não contava para ele como fator maior de desenvolvimento... o que contava era a idéia. O que ele não pôde fazer, deixou para que outros fizessem; e todos tiveram que fazer, porque ele não deixou um legado pessoal: sua herança era uma consciência do futuro de Pernambuco”.

O líder da oposição udenista, deputado Diocleciano Pereira de Lima, proferiu emocionada oração, ressaltando a inteligência, o espírito elevado, o civismo de Agamemnon Magalhães:

“Desse homem de luta – e homem de luta foi ele antes de mais nada – desse sertanejo de têmpera rígida com quem sempre me defrontei, como disse, em campo adverso, que poderei dizer neste momento? Apenas que venceu pelo talento, pela inteligência, fortaleza de ânimo, pelas virtudes cívicas e o interesse do bem comum”.

Por sua vez, o saudoso e fraternal amigo Amaury Pedrosa, então vice-líder do PSD na Assembléia Legislativa e depois deputado federal, proclamou, com muita precisão, em seu discurso, que ele “tombara como vivera e gostava de viver: governando”.

Quanto a mim, iniciei o meu improvisado falando em nome da bancada federal do Partido Social Democrático, em seu enterro, no cemité-

rio de Santo Amaro, no Recife, com as seguintes palavras, que jamais esqueci:

“Doutor Agamemnon, era assim que o chamávamos, assim continuaremos a chamá-lo, dando às palavras o mesmo tom de amizade e de respeito com que sempre as animávamos”.

E não é preciso acrescentar que guardamos sempre o mesmo sentimento e a mesma fidelidade a ele, que nos iniciou na vida pública.

Agamemnon Magalhães foi uma forte vocação política, dotado do sentimento de moralidade pública, inspiração ética, essencial à arte do bom governo.

Com a intuição dos fatos, discernia os acontecimentos, o que lhe propiciou uma natural liderança.

Fora apropriado para comandar e construir, para inovar e, nas horas adversas, manter a confiança nos resultados, no sucesso.

Figura singular e de psicologia complexa.

Vigoroso na polêmica, mas com a mercê da reconciliação.

Forte e humano. Forte com os poderosos, emotivo com os humildes. Nas audiências públicas, revelava o seu sentimento no carinho com que recebia os pobres.

Seu espírito voltava-se, de preferência, para os problemas sociais e essa poderosa inclinação orientou fundamentalmente a sua conduta e o seu trabalho na vida pública. O seu trabalho e a sua doutrinação.

O fato político é só um aspecto a considerar, enquanto a complexidade do social há de ser da compreensão e da responsabilidade do estadista.

Político de dedicação total à causa coletiva, honrou as tradições de altivez, moralidade e civismo dos homens públicos de Pernambuco.